



Eurico Bitencourt Neto

Prefácio

José Manuel Sérvulo Correia

Devido procedimento eqüitativo e vinculação de serviços públicos delegados no Brasil

155 páginas

ISBN 978-85-7700-207-8

Formato: 14,5 x 21,5 cm

<http://www.editoraforum.com.br/loja>

O trabalho que ora se publica trata de um dos temas mais instigantes do Direito Administrativo atual no eixo jurídico Euro-Atlântico: o reconhecimento de um princípio geral de procedimentalização da administração pública, fundamentado como síntese de princípios recolhidos das experiências jurídicas romano-germânica e anglo-saxônica e aplicável não apenas nas ordens jurídicas nacionais, mas também no chamado espaço jurídico global. À justificação desse princípio geral, chamado devido procedimento eqüitativo, segue-se análise crítica do tratamento doutrinário do procedimento administrativo no Brasil e a identificação, na Constituição de 1988, das bases de um princípio de *devido procedimento eqüitativo*, aplicável a todas as formas de manifestação da administração pública; por consequência, também à prestação delegada de serviços públicos. Por fim, constrói-se a fundamentação e indicam-se as formas de manifestação e os limites da incidência do princípio do devido procedimento eqüitativo nas relações travadas entre usuários e particulares delegatários de serviços públicos, buscando contribuir, ainda que de forma pontual, para a reconstrução democrática do Direito Administrativo brasileiro.

Eurico Bitencourt Neto

Mestre em Direito Administrativo pela UFMG. Doutorando em Ciências Jurídico-Políticas pela Universidade de Lisboa. Professor de Direito Administrativo. Advogado. Pesquisador do Programa ALβAN – Programa de Bolsas de Alto Nível da União Européia para a América Latina (novembro de 2006 a novembro de 2008). Pesquisador da Fundação para a Ciência e a Tecnologia de Portugal (a partir de dezembro de 2008). Autor dos livros *Improbidade administrativa e violação de princípios* (Belo Horizonte: Del Rey, 2005) e *Mandado de injunção na tutela de direitos sociais* (Salvador: JusPodivm, 2009).

Sumário

Prefácio

José Manuel Sérvulo Correia

Notas de leitura

Introdução

Capítulo 1

Afirmção do procedimento na teoria geral do Direito Administrativo: síntese histórica

- 1.1 A gradual consolidação de uma consciência procedimental no sistema jurídico romano-germânico
- 1.2 *Natural justice, due process of law* e procedimento administrativo no sistema jurídico anglo-americano
- 1.3 O devido procedimento eqüitativo: tendências de globalização do princípio

Capítulo 2

O procedimento administrativo no sistema constitucional brasileiro

- 2.1 Procedimento no Direito Administrativo brasileiro
- 2.2 Devido procedimento eqüitativo na Constituição de 1988
- 2.3 Devido procedimento eqüitativo e sentido orgânico-funcional da expressão “Administração Pública”

Capítulo 3

Exercício delegado de serviços públicos e vinculação ao procedimento administrativo

- 3.1 Vinculação dos delegatários de serviços públicos ao procedimento administrativo
 - 3.1.1 Serviço público e execução privada
 - 3.1.2 Vinculação ao procedimento administrativo das relações entre delegatários e usuários de serviços públicos
- 3.2 Parâmetros para a delimitação da procedimentalização das atividades dos delegatários de serviços públicos
- 3.3 Imposição constitucional de procedimento administrativo e Direito do Consumo
- 3.4 Densificações do princípio do devido procedimento eqüitativo e os serviços públicos delegados
 - 3.4.1 Participação
 - 3.4.2 Informação
 - 3.4.3 Imparcialidade
 - 3.4.4 Dever de decidir
 - 3.4.5 Impugnação administrativa
 - 3.4.6 Assistência e representação

Conclusões

Referências

Índice